



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
QUARTA TURMA

Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Recurso nº. : 104-136594
Matéria : IRF/ILL
Recorrente : TRANSPORTES JANGADA LTDA
Interessada : FAZENDA NACIONAL
Recorrida : 4ª CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
Sessão de : 20 de março de 2007
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

IRF - RESTITUIÇÃO - TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - PRAZO DE DECADÊNCIA PARA PLEITEAR O INDÉBITO - O prazo para o contribuinte pleitear a restituição dos valores recolhidos a título de Imposto sobre a Renda na Fonte sobre o Lucro Líquido - ILL, instituído pelo artigo 35 da Lei nº 7.713, de 22/12/1988 deve ser contado a partir da data de publicação da Resolução do Senado Federal nº 82, de 22/11/1996, para as sociedades anônimas, e da IN SRF nº 63, de 24/07/97 (DOU de 25/07/1997), para as demais sociedades, exceto para as empresas individuais.

Recurso especial provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso especial interposto por TRANSPORTES JANGADA LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso especial, para afastar a decadência e determinar o retorno dos autos à DRJ competente, para o exame do mérito da manifestação de inconformidade apresentada pelo contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo e Remis Almeida Estol que negaram provimento ao recurso.

MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
RELATORA

Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

FORMALIZADO EM: 11 JUL 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: ALEXANDRE ANDRADE LIMA DA FONTE FILHO, JOSÉ RIBAMAR BARROS PENHA, GONÇALO BONET ALLAGE e MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR.



Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

Recurso nº. : 104-136594
Recorrente : TRANSPORTES JANGADA LTDA
Interessada : FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

TRANSPORTES JANGADA LTDA, interpõe Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais em face do Acórdão nº 104-20.459, de 24.02.2005 (fls. 156-162) que, por unanimidade de votos, NEGOU provimento ao recurso, considerando decadente o direito de repetir, nos termos da ementa seguinte.

"IRF - IMPOSTO SOBRE LUCRO LÍQUIDO - ILL - COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO - PRAZO DECADENCIAL - O prazo para o contribuinte pleitear a compensação do imposto pago indevidamente sobre lucro líquido - ILL é de cinco (5) anos contados da data em que seu direito foi legalmente reconhecido através da Resolução do Senado Federal nº 82, de 18 de novembro de 1996. "

No Recurso Especial, o contribuinte argúi dissídio jurisprudencial indicando como paradigma as ementas dos Acórdãos 108-06.851, 108-06.840, 108-06846, 106-12786, entre outros.

No Despacho Nº 104-437/2005, levou-se ao dissídio a ementa do Acórdão nº 106-14.156, com o seguinte teor:

"ILL - SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS - DECADÊNCIA - O marco inicial do prazo decadencial de cinco anos para os pedidos de restituição do imposto de renda retido na fonte sobre o lucro líquido, pago por sociedades por quotas de responsabilidade limitada, se dá em 25.07.1997, data de publicação da Instrução Normativa SRF nº 63."

A i. Presidente da Câmara recorrida deu seguimento ao recurso especial sob o fundamento de que foram adotados entendimentos distintos para matéria e pressupostos fáticos idênticos.



Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

Cientificada, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresenta suas contra-razões.

Alega que não deve prosperar quaisquer dos entendimentos manifestos nos Acórdãos em confronto mas a data da extinção do crédito tributário, nos termos do prazo fixado no art. 168, do CTN.

Após transcrição desse artigo, afirma que o prazo de repetição se dá conforme as modalidades elencadas pelo art. 156 do CTN, e não da data da declaração de inconstitucionalidade da norma de incidência, ou do reconhecimento pela Administração que o tributo era indevido.

Reporta-se à Lei Complementar nº 118, de 2005 ao dissipar dúvidas acerca da interpretação conferida ao art. 168 do CTN, no sentido de que o prazo prescricional para repetição do indébito se inicia quando da lesão, afirmando que, no caso, quando o contribuinte recolhe tributo com base em norma inconstitucional, transcrevendo, para tanto, o art. 3º da referida Lei.

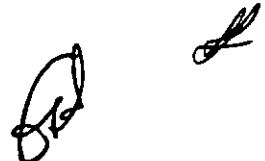
Cita entendimento da Fazenda Nacional consubstanciado no Parecer PGFN/CAT/nº 1538/99, transcrevendo conclusões constantes em seu item 46.

Em termos jurisprudenciais oferece os julgados no EDRESP 410446/PR e RESP 649623/SP, transcrevendo as respectivas ementas.

Afirma que a Resolução do Senado tem seu fundamento de validade diretamente da Constituição da República, tendo natureza de ato normativo primário e que a IN tem natureza de ato administrativo, infralegal, devendo prevalecer, em caso de confronto, o primeiro. Confronta

Ao fim requer seja negado provimento ao recurso especial interposto.

É o Relatório.



Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

VOTO

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO, Relatora

O recurso atende aos pressupostos de admissibilidade e merece conhecimento.

Conforme relatado, a decisão recorrida, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso voluntário, sob o fundamento de que no caso do imposto sobre o lucro líquido, previsto no art. 35, da Lei nº 7.713, de 1988, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ADIN, a contagem do prazo decadencial do direito à restituição ou compensação, para as sociedades constituídas sob a modalidade de **quotas**, tem início a partir da edição da Resolução do Senado Federal nº 82, de 18 de novembro de 1996, que reconheceu a não incidência do imposto.

Afirmando que o protocolo do pleito se deu em 24 de julho de 2002 e que a Resolução do Senado nº 81, de 1996, foi publicada em 19 de novembro de 1996, deu-se a decadência do direito de repetir, visto que transcorrido mais de cinco anos.

Observa-se que a Ação Direta de Inconstitucionalidade do termo acionista constante do art. 35 da Lei nº 7.713, acolhida pelo Supremo Tribunal Federal, foi objeto da Resolução nº 82, de 18.11.1996, do Senado Federal, seguida da Instrução Normativa da SRF nº 63, de 24 de julho de 1997, D.O.U de 25.07.1997.

O texto da Lei nº 7.713, de 1988, tem a seguinte redação:

“Art. 35. O **sócio quotista**, o acionista ou titular da empresa individual ficará sujeito ao imposto de renda na fonte, à alíquota de oito por cento, calculado com base no lucro líquido apurado pelas pessoas jurídicas na data do encerramento do período-base.

Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

Citada Resolução contempla os seguintes termos, verbis:

Art. 1º É suspensão a execução do art. 35. da Lei nº 7.713, de 29 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão "O acionista" nele contida.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Arf. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, em 18 de novembro de 1996."

Em face do decidido na Resolução acima citada e com base no disposto no Decreto nº 2.194, de 07 de abril de 1997, a SRF baixou a Instrução Normativa nº 63, de 1997, nos seguintes termos, *verbis*:

"Art. 1º Fica vedada a constituição de créditos da Fazenda Nacional, relativamente ao Imposto de Renda na fonte sobre o lucro líquido, de que trata o art. 35. da Lei nº 7.713, de 2 de dezembro de 1988, em relação às sociedades por ações.

Parágrafo único - O disposto neste artigo se aplica às demais sociedades nos casos em que o contrato social, na data do encerramento do período-base de apuração, não previa a disponibilidade, econômica ou jurídica, imediata ao sócio cotista, do lucro líquido apurado."

Esta matéria tornou-se inteiramente pacificada nos órgãos de julgamento do Primeiro Conselho de Contribuintes e também na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

A jurisprudência firmada é no sentido de se reconhecer não decadente o direito de a pessoa jurídica requerer a restituição no prazo de cinco anos contados da publicação da Resolução do Senado Federal, para as Sociedades Anônimas e, da **Instrução Normativa SRF, para as demais sociedades.**

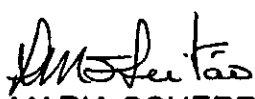
A empresa interessada, dentro do prazo de cinco anos da publicação da IN, protocolizou o Pedido de Restituição em 24.07.2002, portanto ainda não transcorrido o lapso superior a cinco anos da publicação do ato administrativo que estendeu os efeitos da não incidência do imposto às pessoas jurídicas constituídas sob a modalidade de sociedade por quotas.

Processo nº. : 11610.016123/2002-71
Acórdão nº : CSRF/04-00.512

Em face de todo o exposto, merece reforma o Acórdão em litígio. DOU provimento ao recurso especial, reconhecendo não decadente o direito de repetir e determinando o retorno dos autos à DRJ competente, para o exame do mérito da manifestação de inconformidade apresentada pelo contribuinte.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 20 de março de 2007.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO

